



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUÁ

OFÍCIO Nº 6487/2026-98

Jaguaruá, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguaruá

Assunto: Requerimento nº 064/2026, de autoria da Procuradoria da Mulher

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento nº 064/2026, de autoria da Procuradoria da Mulher dessa Egrégia Casa de Leis, que solicita informações acerca da existência de protocolo institucional, fluxos de encaminhamento e articulação intersetorial para atendimento de mulheres vítimas de violência no âmbito do Município, a Prefeitura Municipal de Jaguaruá vem, respeitosamente, informar o que segue.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Município dispõe, no âmbito da rede de saúde, de protocolo institucional específico voltado ao atendimento de casos de violência sexual, adotado no Hospital Municipal, o qual orienta as condutas assistenciais, o acolhimento, o atendimento clínico e os encaminhamentos necessários às vítimas.

No que se refere aos demais serviços e órgãos municipais mencionados no requerimento, informa-se que, embora não exista, até o presente momento, um protocolo único e formalmente instituído de caráter intersetorial abrangendo toda a rede municipal, há práticas e fluxos de atendimento já estabelecidos e operantes entre os serviços.

Nesse sentido, destaca-se que:

- A Guarda Municipal encontra-se capacitada para o atendimento inicial e acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, adotando procedimentos padronizados que contemplam aspectos físicos e psicológicos da vítima;

- O atendimento pode ser acionado por meio do telefone 153 ou canal direto do Centro de Operações e Inteligência (COI), com funcionamento 24 horas;

- Havendo necessidade, a vítima é encaminhada para atendimento na rede municipal de saúde e, posteriormente, ao setor da Delegacia de Polícia Civil responsável pelo atendimento e defesa da mulher ou ao plantão policial;

- São realizados encaminhamentos ao CREAS e demais serviços da rede de proteção, conforme a demanda identificada.

Quanto à integração entre os órgãos, verifica-se a existência de articulação prática entre os serviços de saúde, segurança pública, assistência social e sistema de garantia de direitos, ainda que tal

integração não esteja integralmente formalizada em um protocolo unificado.

Sobre a existência de estudos ou planejamento para estruturação de protocolo intersetorial, informa-se que o Município encontra-se em processo de articulação entre as Secretarias Municipais envolvidas, com vistas à elaboração de um Protocolo Municipal de Atendimento e Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, com definição de fluxos padronizados, responsabilidades institucionais e mecanismos de encaminhamento.

A iniciativa busca fortalecer a rede de proteção, garantir atendimento humanizado e assegurar maior eficiência e integração entre os serviços públicos, em consonância com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Esclarece-se que, uma vez concluído o processo de elaboração e pactuação intersetorial, o referido protocolo será formalmente instituído e amplamente divulgado para implementação em toda a rede municipal.

O link a seguir disponibiliza os fluxos de atendimento, cartilhas orientativas e protocolos institucionais aplicáveis à recepção e acolhimento de mulheres em situação de violência:

<https://drive.google.com/file/d/1NiuQHgowzFzJBI5bx06l9NAOsfbZLkLZ/view?usp=sharing>

A presente resposta baseia-se nas informações atualmente disponíveis no âmbito desta Administração, observados os limites de acesso e sistematização dos dados existentes, bem como os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, assegurando-se, ainda, o dever de transparência e a adequada prestação de informações ao Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 26/03/2026, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1069451** e o código CRC **1176EF08**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00006487/2026-98

SEI nº 1069451